

PROJETO : ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO ENSINO DE 1º GRAU

ÓRGÃO RESPONSÁVEL : GAP - GRUPO ACESSOR DE PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO GERAL DOS GRUPOS TAREFA : PROFª DAYSE MARI FORTES
DE OLIVEIRA

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL : PROFª MARIA LÚCIA FERREIRA MORA

COORDENAÇÃO DO PROJETO: PROFª NILCEA MARIA MARIA DE SIQUEIRA
PEDRA

SUB-GRUPO FUNDAMENTAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- 1 - Archimedes Peres Maranhão
- 2 - Elpídio Marcolino Cardoso
- 3 - José Alberto Pedra
- 4 - Maria Elizabeth Passos
- 5 - Marisa Fernandes Nunes
- 6 - Romilda Teodora Cunico dos Santos
- 7 - Sueley Maria Muniz Zeni

Ctba , novembro de 1.972

FUNDAMENTAÇÃO DIDÁTICA-PEDAGÓGICA DO CURRÍCULO DE 5ª E 6ª SÉRIES

1. JUSTIFICATIVA
2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO CURRÍCULO
3. CURRÍCULO : SIGNIFICADO E CARACTERÍSTICAS
4. O ENSINO DE 1º GRAU
 - 4.1. O Núcleo Comum
5. OBJETIVOS EDUCACIONAIS
 - 5.1. Interrelação dos Objetivos
 - 5.1.1. Objetivos a Nível de Sistemas
 - 5.1.2. Objetivos a Nível de Ciclos
 - 5.1.3. Objetivos a Nível de sala de aula
 - 5.2. Objetivos Comportamentais, Instrucionais ou Operacionais
 - 5.2.1. Definição de Objetivos Comportamentais
 - 5.2.2. Formulação dos Objetivos em Termos Comportamentais
6. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO CURRÍCULO
 - 6.1. Princípios Metodológicos
 - 6.2. Organização e Seleção de Conteúdos
 - 6.3. Métodos Ativos
 - 6.4. Técnicas de Ensino
7. VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM
 - 7.1. A Verificação na Lei 5692
 - 7.2. Finalidades da Avaliação
 - 7.3. Recuperação
 - 7.4. Métodos e Técnicas de Avaliação
 - 7.5. Critérios de Avaliação
8. BIBLIOGRAFIA

1. JUSTIFICATIVA

"O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". (Lei 5692-art.1º).

Consideramos que o ensino somente poderá realizar esta aspiração da Lei, quando respeitar o educando na sua totalidade humana. A auto-realização exige que o sujeito da educação conserve toda a sua liberdade e autenticidade para que possa ser ele mesmo, sempre melhor em si para ser melhor integrado aos outros, numa verdadeira comunidade de paz.

A praxis humana da educação transcende o processo ensino-aprendizagem, formulando em objetivos comportamentais tecnicamente controláveis.

O ensino é uma das funções da escola. Aquele que auxilia a pessoa a se realizar como pessoa e a se preparar para uma profissão, no duplo sentido: de eficiência produtiva pelo trabalho qualificado ao desenvolvimento econômico-social de todo um grupo.

Se assim ele se orientar, estará preparando logicamente o cidadão consciente de sua função e integrado em sua situação espaço - temporal.

"Tendo o homem como meta prioritária, uma nova mentalidade e novas atitudes deverão inspirar aqueles que se constituirão nos paladinos da atualização e expansão do ensino paranaense, para que possam transmitir o calor do novo ideal e, com a alma renovada e o coração impregnado de fé, armado dos conhecimentos das técnicas e dos recursos indispensáveis, oferecer à educação a plenitude das dimensões a que se propõe a nova lei do ensino!"(1)

Estes são os elementos propostos pelo C.E.E. do Paraná, que norteiam o planejamento qual este G.T. se propõe estabelecer as orientações fundamentais didático - pedagógicas.

(1) Parecer 106/71 do C.E.E.

O homem total, respeitado em todas as suas dimensões é o cliente da nova escola brasileira. Os estabelecimentos de ensino que adquirem agora plena alforria para criar seus currículos, devem partir destas normas. É a lei que determina: "A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada pelo respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação". (1)

Todo planejamento a nível de estabelecimento necessita partir destas considerações iniciais de caráter intencional geral e segundo elas estabelecer seus objetivos específicos, fundamentados na própria realidade.

Armados dos recursos técnicos que estiverem a seu alcance, os estabelecimentos desenvolverão seus currículos, programando, controlando e avaliando tudo o que for possível manipular tecnicamente pela ciência da administração no aspecto administrativo e ainda pela psicologia experimental da aprendizagem e pela metodologia no setor didático - pedagógico.

Todavia, precisa considerar ainda aquelas dimensões humanas em que a educação se realiza, impossíveis de ser controlados pela ciência. Então se baseará no diálogo inter-subjetivo e no encontro interpessoal em que o imprevisível e o misterioso que impregnam a realidade humana, serão justamente respeitados.

A tarefa do grupo de fundamentação didático - pedagógica, ressaltando este sentido da educação como atividade abrangente da realidade humana total, fixar-se-á, no entanto, mais detalhadamente, na consideração do processo ensino - aprendizagem visto ser este uma das tarefas primordiais da escola como responsável pela educação sistemática.

Outros aspectos que escapam à sua alçada, poderiam ser realizados pelo ensino supletivo que, certamente, quando dinamizado, por sua natureza e função, se tornará mais livre das amarras sistêmicas e estruturais, podendo atender a alguns aspectos imprevisíveis e imponderáveis da educação assistemática.

(1) - Lei 5692, art. 1º, parágrafo único.

Esclarecendo esta posição científico - técnica, este G.T. estabelece considerações sobre o significado do currículo na Lei 5692, sobre os objetivos comportamentais, indispensáveis para uma posição científica de processo ensino - aprendizagem e finalmente examina o papel da verificação da aprendizagem do aluno bem como das atividades do próprio currículo escolar.

2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO CURRÍCULO

O educando é livre porque é inteligente e capaz de decidir por si mesmo. É livre porque é capaz de criar. Daí a necessidade de se proporcionar, através do currículo, oportunidades de aperfeiçoamento a aplicação da capacidade inteligente. Decidindo e recriando continuamente, devem conviver o professor e o aluno. Para que a decisão e a originalidade de ambos não entre em choque, devem viver em paz. Isto significa conviver.

A educação como veículo de cultura é que orienta esta interação, esta intersubjetividade da qual surge uma cultura reformulada, renovada, recriada.

Em todo este processo inteligente de criatividade, se se respeita a autenticidade do aluno, enquanto for salva a sua liberdade. E ele será tanto mais autêntico quanto mais considerar o outro como um "eu alter ego", um legítimo "outro eu". A procura do equilíbrio entre o "eu" e o "outro eu", está empenhada sempre mais esta ação humana integrada, a educação.

Nesta autenticidade dialógica, se desenvolve um processo curricular orientado para um dinamismo existencial interpessoal. Professor e aluno dialogam em clima de liberdade.

"Liberdade é a capacidade de auto determinação. É a possibilidade de escolha de objetivos e meios sempre limitados pelas circunstâncias".

Diálogo é o intercâmbio entre duas consciências livres. Cada um dos que dialogam está consciente de ser influenciado pelo outro e o aceita. Quem já está convencido de estar certo e apenas se comunica tecnicamente sem aceitar uma influência e possível modificação em seu modo de pensar, não está dialogando mas, fazendo monólogo. Assim não haveria a confiança do intercâmbio, e o diálogo estaria fracassado. "Respeitar o outro é defender sua

liberdade de não estar de acordo." No diálogo ambos falam e ambos escutam. Não há monólogo.

Historicamente, a educação passou pelo autoritarismo, pela displicência e procura agora o desenvolvimento (1). Inicialmente não se considerava a liberdade, mas um autoritarismo que estava ligado ao conservadorismo social e ao dogmatismo ideológico. O educador "sabe" e "transmite". O educando "não sabe" e "recebe" passivamente. "Assim foi o behaviorismo que esqueceu a importância da hereditariedade" e caiu num comportamentismo controlado. Assim foram as pedagogias totalitárias.

Após as descobertas da psicologia moderna e, especialmente a partir da Psicanálise, passou-se a supervalorizar a liberdade, culminando no liberalismo do "deixai fazer" (laissez faire). Era o medo da imposição que criava os "complexos". "O medo dos complexos criou novos complexos, tão temíveis quanto aqueles dos quais se fugia".

A posição equilibrada é a da "filosofia do desenvolvimento", que respeita a liberdade condicionada. É a liberdade que brota das possibilidades naturais da pessoa.

Entenda-se por pessoa, o "indivíduo racional, espírito, espírito dotado de um corpo, centro autônomo de síntese, situado sobre a terra em um meio físico e humano, cujas influências recebe, cujas contribuições assimila mais ou menos, e delas usa para exprimir-se, para se encontrar, para agir em virtude de certas necessidades, de certos impulsos, significando a atuação de valores". (2)

Não so as tendências naturais são respeitadas na liberdade pessoal, mas também a situação cultural em que a pessoa se encontra. Daí os limites e as condições da liberdade.

A filosofia do desenvolvimento tende a maturidade e a mesma esta condicionada à escolha responsável e, portanto, livre.

A maturidade é uma busca em contínua evolução, inserida num contexto de relacionamento social que tende para certa perfeição ou equilíbrio. O diálogo, portanto, é a realização da liberdade.

(1) - A.Gessel e F.Ilg - "Le jeune enfant dans la civilization moderne, Paris, 1961"

(2) - H.Lepargneur, "Liberdade e Diálogo em Educação, 1971, pg.19"

berdade em nível social, grupal. A pessoa não pode ser livre em si e por si, mas somente é livre com o outro e para o outro. O ser da pessoa deve ser um " ser para ", aberto para o entendimento.

A organização curricular prevista pelo Parecer 853/71 , estabelece as grandes áreas do Núcleo Comum em que aparece como elemento de partida, a expressão. Tanto o professor como o aluno precisam estar equiparados em seu conteúdo pessoal que lhes dá a possibilidade de expressar-se. Ao se expressar, manifestam-se. Ao se manifestar um ao outro, comunicam-se. E se comunicam pelo diálogo.

Neste processo de comunicação pelo diálogo, convivem e, convivendo se integram socialmente, formando uma comunidade intersubjetiva que conduz para um equilíbrio grupal.

Todos os recursos científicos e tecnológicos servirão de meios úteis para esta integração comunitária que conduz ao desenvolvimento harmônico e comum. A sondagem de aptidões e a orientação para o trabalho, a par do Núcleo Comum, vem oferecer recursos para o controle destes meios.

O currículo em ação deve dar o dinamismo para que este processo enter-subjetivo se realize.

Saliente-se ainda que a finalidade do diálogo não é a para manter as aparências de uma "boa convivência". Isto não se ria diálogo porque incluiria fingimento e traição à verdade.

A sinceridade é que traz o verdadeiro entendimento, fora do qual só existe monólogo. Professor e aluno dialogam para, em conjunto, progredirem e especialmente, para que o aluno desenvolva o pensamento reflexivo e aprenda.

Torna-se necessário que suas dúvidas sejam sinceramente esclarecidas e, estando ele consciente, sejam corrigidos os de feitos que impedem seu desenvolvimento.

Consideremos, finalmente, que a escola deve lançar mãos da tecnologia como instrumento do processo curricular mas, cujos recursos sempre devem ser considerados intermediários mecânicos e impessoais que informam. O que transmite e o que recebe, podem permanecer distantes, não havendo assim entendimento e compreensão entre ambos. Haveria uma barreira separando as pessoas. Elas seriam materializadas e não se encontrariam. Não existiria a pos

sibilidade de refutar conscientemente e assim colaborar livremente para a comunicação interpessoal. Não existiria o diálogo inter-subjetivo.

3. CURRÍCULO : Significado e Características.

O currículo escolar é a consubstanciação de todo o planejamento escolar. Nele estão contidos todos os princípios, meios, recursos e fins a que se destina o processo educativo. O seu estudo crítico acabaria por mostrar a problemática e a dinâmica de tudo a que se propõe a escola.

Sendo a ESCOLA, uma instituição que envolve uma equipe especializada, que organiza as situações de ensino aprendizagem, o currículo será um instrumental planejado para a ação educativa. O currículo, portanto, envolve diversos fatores desde a consideração do aluno como um ser em desenvolvimento e suas necessidades bio-psico-sociais, professores, estratégias de ação, administração, até um contexto sócio - cultural.

É indispensável a distinção entre: Planejamento de currículo e Currículo.

Planejamento de currículo é o momento anterior ao currículo, uma vez que este é a vivência ou o planejamento em ação.

Um currículo planejado é indispensável dentro da educação sistemática, uma vez que todo estabelecimento de ensino se propõe a objetivos definidos e orientados para uma determinada filosofia da educação.

Com frequência confundem-se: currículo, plano de estudo e programa de ensino. Faz-se necessário estabelecer distinção entre os mesmos.

O plano de estudos envolve três elementos:

- a- "conjunto de matérias que são ensinadas num nível ou ciclo;
- b- a ordenação que existe entre estas matérias;
- c- o tempo designado para cada uma". (1)

(1) - Salomone, Mirtha Balaztena y Salomine, Oscar - "Hacia un joramiento del currículum".

"O Programa de Ensino (ou de estudos) contém as previsões dos conteúdos e sua sequência para a matéria, com indicações, às vezes, dos objetivos e ou processos para alcançá-los".
(1)

Conclui-se que, programas e planos não são currículo, mas elementos componentes do currículo. Devemos incluir, ainda, como fatores indispensáveis ao currículo: objetivos, a seleção e organização de conteúdos, o professor e o método de ensino e o processo de avaliação.

O planejamento Curricular envolve uma fase de diagnóstico da realidade, isto é, o levantamento da situação sócio-econômica da região, bem como dos recursos materiais e humanos da instituição escolar para a tarefa educativa.

De posse de dados objetivos e reais, segundo as circunstâncias locais e atuais, temos elementos suficientes para a elaboração de um plano curricular, que implica numa definição operacional de objetivos, seleção de adequadas estratégias de ação e avaliação.

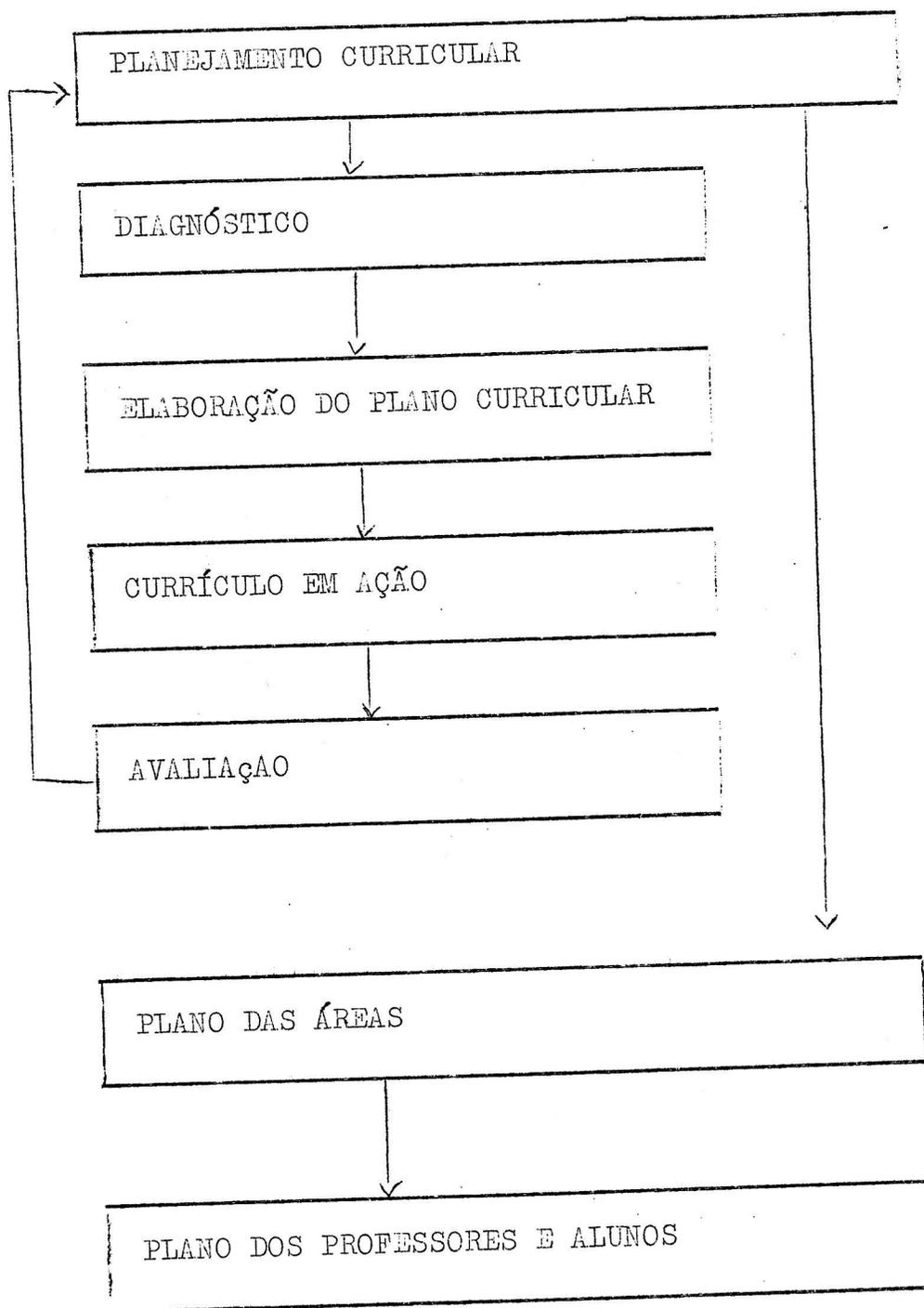
Hierarquicamente, do plano curricular, procede o plano das áreas; o currículo encontra a sua realização na integração professor - aluno (Currículo em ação).

O relacionamento professor - aluno, entendido aqui como DIÁLOGO intersubjetivo, isto é, ação conjunta em função de objetivos comuns.

O controle contínuo deste processo curricular nos dá possibilidade de reformulação permanente, através de um contínuo processo de avaliação. Pois as características do currículo são: flexibilidade, dinamicidade e auto - regulação.

Esquematizando teremos:-

(2) - Salomone, Mirtha Balaztena y Salomone, Oscar - "Hacia un mejoramiento del curriculum".



4. O ENSINO DE 1º GRAU

O currículo de 1º grau deverá organizar conteúdo e métodos de ensino, de tal maneira que possibilite o atendimento às fases evolutivas dos alunos, a saber: infância e pré-adolescência

A organização dos conteúdos e métodos na evolução do currículo, basear-se-á nas atuais teorias da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, quando afirmam que o desenvolvimento mental e a conseqüente possibilidade de aprender partem do concreto para o abstrato, ou seja, do material para o formal.

O currículo deverá prever condições de elaboração de experiências, pesquisas, soluções de problemas que desafiem a iniciativa para um conhecimento inteligente e progressivamente lógico.

A estrutura do currículo de 1º grau se fundamentará verticalmente na seqüência sempre mais complexa do conhecimento e horizontalmente na integração das diversas áreas de estudo.

Com relação ao currículo de 5ª e 6ª séries é necessário prever ainda a sondagem de aptidões e conseqüente orientação para o trabalho.

O desenvolvimento da inteligência, a sondagem de aptidões e orientação para o trabalho, visam integrar o educando consigo mesmo e com a comunidade, para o desenvolvimento comum.

4.1. O NÚCLEO COMUM

O artigo 4º da Lei 5692 estabelece a organização do núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, como fator de unidade curricular. Ao considerá-lo devemos fazê-lo de seguinte forma:-

(a) FATOR DE UNIDADE DIDÁTICO PEDAGÓGICA. Essa idéia se distancia do procedimento de unificação porque a unidade é estabelecida em termos de conhecimentos básicos indispensáveis à autonomia didática dos sistemas e estabelecimentos, defendida e definida pela filosofia da lei.

A unidade se realiza em situação de áreas de conhecimentos, permitindo a articulação dos sistemas que tornam interdependentes, sem se tornarem subalternas. A articulação responde também ao problema das transferências de sistemas ou de região para região, sem que se volte ao absurdo da unificação prejudicial em

face do pluralismo das necessidades sócio-culturais a que a educação nacional deve responder.

(b) O NÚCLEO COMUM é ainda o centro de onde devem partir ordenadas e diversificadamente as diversas fases curriculares. A dinâmica curricular se apresenta de forma divergente e convergente. Divergente, à medida que partindo de um tronco comum se pluraliza em matérias, disciplinas e atividades. Convergente, quando mesmo na diversidade das suas áreas, matérias, atividades ou disciplinas, converge para um objetivo que se especifica e se especializa, alcançando o alvo de conscientização das responsabilidades de cidadania e iniciação ao trabalho.

É fácil observar o que se afirma acima, quando se vê que nas áreas fundamentais que formam o núcleo comum (Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais) não acontece cristalização em forma estática, mas transformação até chegarem à forma de disciplina no 2º grau.

Outra forma de se comprovar a dinâmica curricular estabelecida pela Lei é a idéia de objetivação dada pelo procedimento metodológico recomendado pela mesma - "Do mais para o menos geral" ou ainda "Do menos para o mais específico".

Essa recomendação não somente atende a uma forma metodológica, mas em especial, ao desenvolvimento mental do educando já que dessa forma as dificuldades ou os problemas devem ser apresentados evolutivamente. Há uma preocupação que o ensino se estabeleça de modo a atender o desenvolvimento mental do educando nas suas diversas fases ou estágios.

O artigo 4º ainda menciona a organização curricular em partes que se complementam. Temos a parte comum obrigatória como o mínimo necessário e, a parte diversificada que representa mais exatamente a extraordinária abertura do conceito de educação. Atende-se à unidade do sistema, às peculiaridades das regiões, às possibilidades dos estabelecimentos e, às diferenças individuais.

Na organização do currículo, a Lei se limitou a princípios e normas gerais, chegando à determinação de detalhes quantitativos programáticos. Cabe aos sistemas de ensino e aos estabelecimentos a distribuição da carga das disciplinas, áreas de estudos e atividades.

Mesmo assim a Lei teve o cuidado de disciplinar a proporcionalidade entre a formação geral e a especial, como se vê

no seu artigo 5º § 1º alínea A - "No ensino do primeiro grau a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais.

Dois conceitos quantitativos se esboçam aqui, Um quanto à carga horária com objetivo de corrigir as sobrecargas. O outro é quanto às possibilidades do estabelecimento no oferecimento da diversificação prevista.

Preservando as possibilidades do estabelecimento, quiz a lei permitir à educação, a diversificação que oportuniza a escola sua autonomia didática permitindo diversas opções que tanto atendem aos interesses e diferenças individuais, como também ao próprio progresso e desenvolvimento tecnológico criador de novas profissões e conhecimentos científicos.

É de responsabilidade dos sistemas e dos estabelecimentos o equilíbrio e o bom senso nas suas opções curriculares, tanto no sentido quantitativo de cargas horárias, áreas de estudos, disciplinas e atividades, de modo a não se tornarem sobrecargas, quanto no sentido qualitativo, que é o atendimento aos objetivos das áreas de estudo, atividades e disciplinas.

Nesse aspecto ainda, os sistemas e estabelecimentos devem consultar aos objetivos gerais curriculares de:

1. Ajustamento às realidades regionais;
2. Ajustamento aos interesses e aptidões dos alunos;
3. Ajustamento aos princípios filosóficos do estabelecimento;
4. Adequação aos conteúdos curriculares.

Estabelecido o núcleo comum e escolhido a parte diversificada em consonância com os princípios já mencionados, tem-se o currículo pelo, agora organizado da seguinte forma:-

- | | |
|--------------------------|-----------------------------|
| | (a) Comunicação e Expressão |
| 1. NÚCLEO COMUM | (b) Estudos Sociais |
| | (c) Ciências |
| | (a) Educação Moral e Cívica |
| 2. MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS | (b) Educação Artística |
| | (c) Programas de Saúde |

3. PARTE DIVERSIFICADA - opção dos estabelecimentos

O parágrafo único do artigo 7º determina que o ensino religioso seja obrigatório aos estabelecimentos mas, de matrícula facultativa aos alunos. Entende-se que o ensino religioso não deva possuir caráter proselitista mas, de incentivo à experiência cristã de vida.

Já no artigo 4º a Lei preve a parte diversificada como de competência dos Conselhos Estaduais; a listagem das matérias que poderão estabelecer a parte diversificada dos estabelecimentos. Ao mesmo tempo dá competência aos estabelecimentos de apresentarem matérias para sua parte diversificada do currículo, ou vido o Conselho de Educação.

É um princípio de autonomia ordenada. Na organização do currículo recomenda-se ainda a sequência dos seus componentes. Evita-se a estratificação das matérias em prejuízo da unidade do currículo e ao mesmo tempo permite-se que os sistemas e estabelecimentos constituam seus currículos com relativa liberdade, preservando o núcleo comum e observando as matérias obrigatórias (artigo 8º).

Na constituição do currículo é ainda importante a determinação de critérios ou conceitos de:-

ATIVIDADE - Entende-se aqui como iniciativas complementares da aprendizagem, planejadas de modo sistemático, ordenado e mensurável, não devendo ter feição de um programa formal tradicional. Deve ser antes, o enriquecimento da experiência do educando quanto às situações de aprendizagem sistemáticas ou mesmo de validade da experiência proporcionada pela comunidade.

DISCIPLINA - "Conjunto de conteúdos e experiências didaticamente assimiláveis" (1)

Cada disciplina deverá coordenar-se com conteúdos e experiências de outras disciplinas afins. Seria como: os conjuntos de conteúdos e experiências da matemática interrelacionada com os conteúdos e experiências de física. Esta interrelação dinamiza a matéria ciências.

(1) Boynard, A.P.; Garcia, E.C.; Robert, M.I.- Reforma do Ensino de 1º e 2º graus - Editora Lisa.

MATÉRIA. - Pelo raciocínio anterior logo se chega ao conceito de matéria. No caso, Ciências seria matéria, por ser mais abrangente e, portanto, de maior extensão. Como a define o Grupo de Trabalho do C.F., "Matéria prima a ser trabalhada no que chamamos de currículo pleno de cada estabelecimento.

ÁREA DE ESTUDO - Possui extensão maior que a disciplina. Pode ser constituída por duas ou mais disciplinas ou ainda o aprofundamento de uma mesma disciplina. O que diferencia área de estudo, disciplina a atividade é o seu grau de abrangência, ou amplitude. A experiência e os conteúdos sistemáticos tendem a equilibrar-se enquanto que nas disciplinas há predominância de conhecimentos sistematizados sobre as experiências. A quantidade e a qualidade nela contidas determinarão sua inclusão em área de estudos ou disciplina.

Como por exemplo anteriormente citado, dependendo da predominância de conteúdos sistemáticos ou experiências, em quantidade e qualidade, a matemática poderá ser considerada como área de estudos ou disciplina.

5. OBJETIVOS EDUCACIONAIS

5.1. INTERRELAÇÃO DOS OBJETIVOS

5.1.1. OBJETIVOS A NÍVEL DE SISTEMA

A Lei 5692, ao focar a estrutura do sistema de Ensino pressupõe como primeiro objetivo, a revisão da atual estrutura do sistema, principalmente no que se refere à reestruturação dos currículos escolares, e conserva os objetivos gerais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024), sob o título:

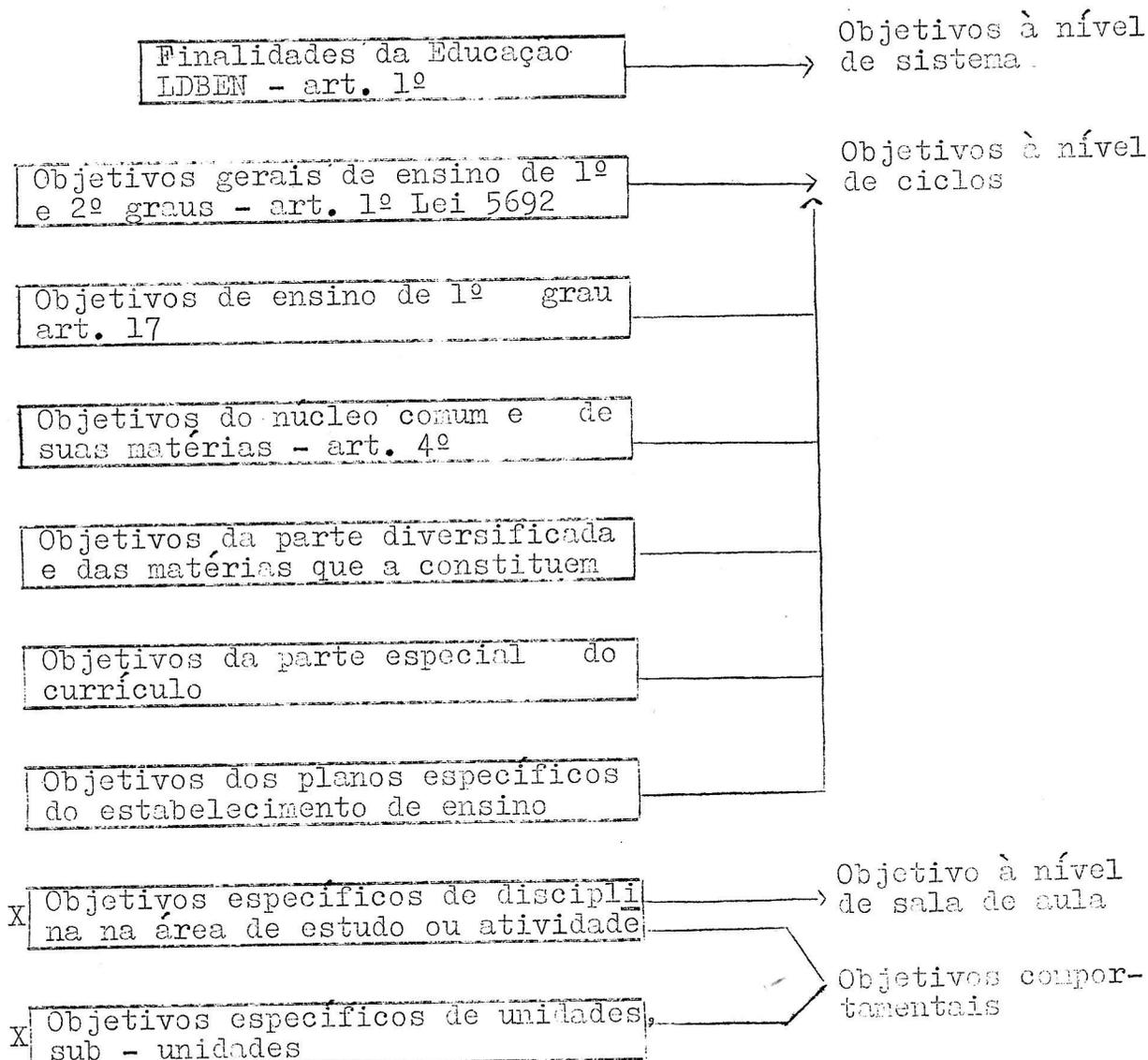
I - Dos fins da Educação

Art.1º - A Educação Nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

O Iº Seminário de Assessores de Planejamento Educacional, promovido pelo Departamento de Ensino Fundamental, do Ministério de Educação e Cultura, no Documento sobre a "Lei 5692 e o Planejamento" quando enfocou Currículo - objetivos, organizou o seguinte organograma:



X - Os dois últimos enfoques foram acrescentados por nós, bem como a hierarquização.

5.1.2. OBJETIVOS A NÍVEL DE CICLOS

(áreas - atividades - disciplinas)

- Objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus.

Cap. I - art. 1º

" O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciênte da cidadania".

- Objetivos de ensino de 1º grau

Art. 17

" O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré adolescente, variando em conteúdo e método, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos".

O final deste objetivo, determina a amplitude da matéria, que poderá abranger disciplina, área de estudo ou atividade.

No artigo 5º encontramos:- "As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão, para cada grau, o currículo pleno do estabelecimento".

Citamos este artigo, para demonstrar que as atividades, áreas de estudo e disciplina, resultam das matérias fixadas.

Fundamentando-se no desenvolvimento dos alunos, isto é, nos níveis de inteligência já atingidos pelos alunos (intuitiva ou operacional), o estabelecimento de ensino, elaborará o seu currículo, abrangendo área de estudos, atividades ou disciplinas.

A Lei 5692 preve o aparecimento de disciplina somente no currículo de 2º grau, e a permanência de áreas de estudo e atividades no currículo de 1º grau, uma vez que, de um modo geral, o 1º grau abrangendo a faixa etária dos 7 aos 14 anos, corresponde à estruturação dos esquemas operatórios onde predomina a falta de abstração, e, somente entre 14 e 15 anos mais ou menos, já na pré - adolescência é que constroem-se as operações abstratas (Psicogenética - Piaget).

A clientela de 5º e 6º séries vive, aproximadamente, a faixa etária de 11 e 12 anos, uma vez que a 1ª série do Curso Fundamental preve para o ingresso, a idade de 7 anos.

O currículo deverá prever abjetivos específicos para crianças neste nível de desenvolvimento, proporcionando experiências (atividades) nas áreas de estudo, que possibilitem o desenvolvimento pleno dos esquemas operatórios concretos, bem como das demais habilidades e capacidades encaminhndo-as para um pleno desenvolvimento, tanto físico quanto mental.

O Conselho Federal de Educação fixou o Núcleo Comum, definindo-lhe os objetivos e a amplitude.

Pelo Parecer nº 853/71 e pela Resolução nº 3 que o acompanha, o Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum para o currículo do ensino de 1º grau e definiu-lhe os objetivos e a amplitude.

Composição do Núcleo Comum:

O Núcleo Comum compreende três grandes áreas:

- a) Comunicação e Expressão
- b) Estudos Sociais
- c) Ciências, e ainda:-
 - a) Educação Física
 - b) Educação Artística
 - c) Educação Moral e Cívica
 - d) Programas de Saúde
 - e) Ensino Religioso

OBJETIVOS E AMPLITUDES

Comunicação e Expressão:-

- 1- O aluno deverá comunicar-se em Língua Portuguesa. Isto quer dizer que o aluno deverá ser capaz de ler, escrever e falar.
- 2- Contato do homem com seus semelhantes e a manifestação harmônica da sua personalidade.

Estudos Sociais:-

O aprendizado da Geografia, da História e da Organização Social e Política Brasileira, devem estar intimamente articulados e pretendem o ajustamento crescente do educando ao seu meio, de modo que ele viva e conviva na perspectiva do desenvolvimento.

Ciências:-

É importante a conjugação das Ciências Físicas e Biológicas com a Matemática (utilidade e praticidade do aprendizado).

O aluno deverá desenvolver o seu pensamento lógico e aprender o método científico como forma de auto realizar-se.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

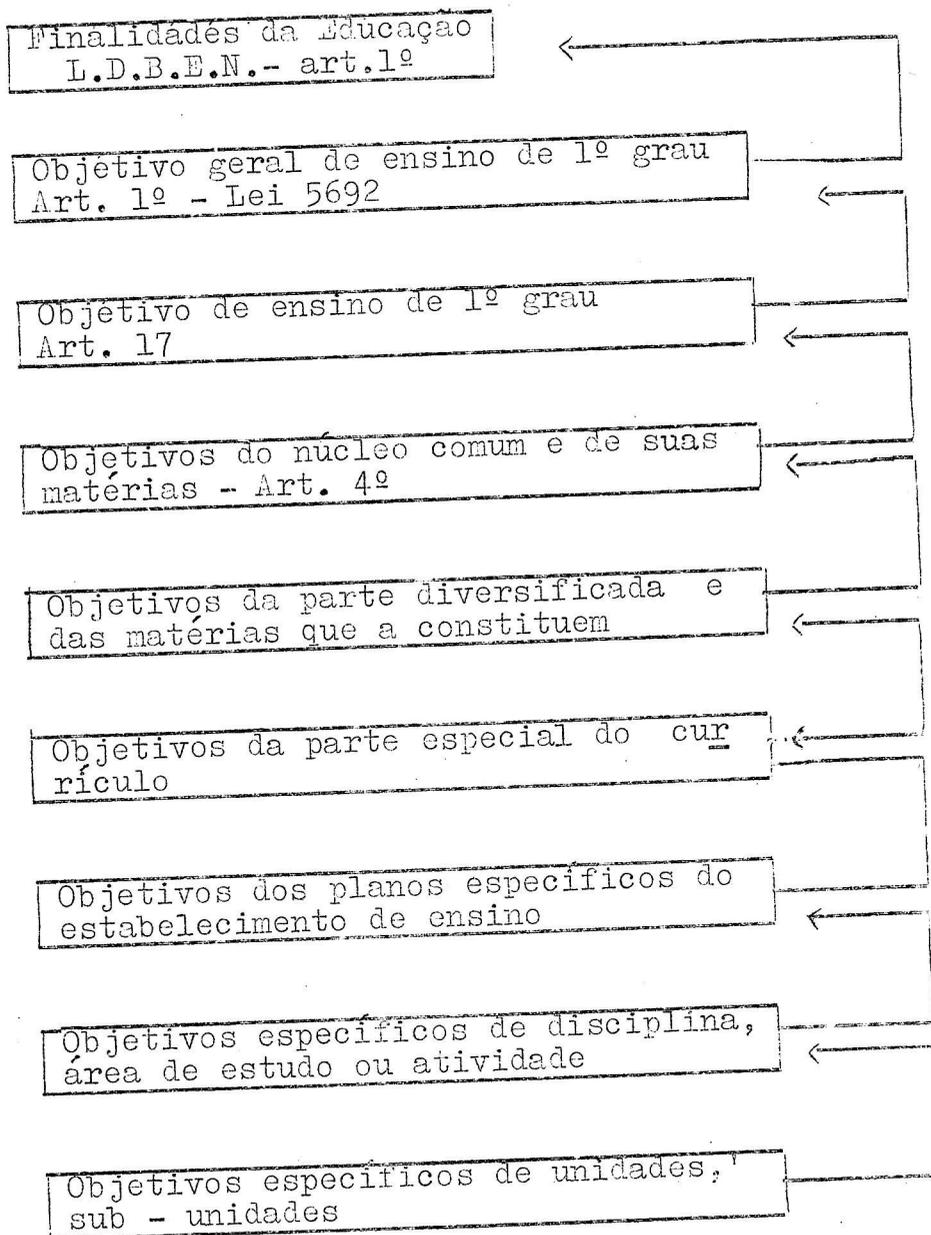
"Ao fixar o Núcleo Comum, o C.F.E. tratou de objetivos' específicos convergentes em todas as disciplinas. Devem ser de desenvolvidos no aluno de modo que o processo educativo seja real.

São eles:-

- a) Capacidade de observação
- b) Atitude de reflexão
- c) Ação criadora
- d) Discriminação de valores
- e) Capacidade de julgamento
- f) Capacidade de comunicação
- g) Condição de convívio com os seus semelhantes
- h) Condição de cooperação
- i) Capacidade de ação

Estes objetivos são bastante amplos e devem ser atin-gidos, através da escala decrescente até os objetivos específi--cos à nível de sala de aula, ou seja, os elaborados pelo profes--sor, em função dos alunos inseridos na realidade escolar. Serão então, objetivos atingidos dentro de evidências observáveis pelo professor e aluno. A medida que tais objetivos forem atingidos , paulatinamente, agora em ordem crescente, serão concretizados os objetivos mais gerais como estes fixados pelo C.F.E., e mais tarde os próprios do sistema, que aparecem como fins da Educação.

Visualizando esse processo, temos o seguinte fluxograma:



OBJETIVOS DA PARTE DIVERSIFICADA E DAS MATÉRIAS QUE A
CONSTITUEM;

A parte diversificada, refere-se a um acréscimo ao nú
cleo comum, com dois objetivos:-

- a) atender às necessidades e possibilidades concretas dos estabelecimentos de ensino;
- b) atender às necessidades individuais dos alunos.

O Conselho Estadual de Educação, na Deliberação nº 2/72, art. 2º, determina as matérias que constituirão a parte diversificada do currículo pleno, porém não fixa objetivos.

OBJETIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CURRÍCULO

O Currículo Pleno dos Estabelecimentos, deverá ter, con

forme preceve a Lei, uma parte de educação geral e outra de formação especial. (artigo 5º - § 1º).

A parte de formação especial, no currículo de 1º grau, objetiva a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho e será fixada, quando se destinar à iniciação profissional, em consonância com o mercado do trabalho local ou regional. (art.5º § 2º, a,b).

O Grupo Tarefa que aleborou o ante-projeto, manifestou-se mui claramente a respeitar:- quando o ensino de 1º grau abranger 8 anos, a sondagem de aptidões far-se-á nas 5ª e 6ª séries, a iniciação para o trabalho nas 7ª e 8ª. Quando o ensino de 1º grau (de acordo com as condições da região), abranger somente 5 séries, a sondagem de aptidões far-se-á na 3ª e 4ª séries e a iniciação para o trabalho, nas 5ª séries. A sondagem de aptidões, bem como a iniciação para o trabalho, constituem a parte de formação especial.

OBJETIVOS DOS PLANOS ESPECÍFICOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:-

Os objetivos propostos pelos Estabelecimentos de Ensino (art. 4º), deverão ser resultantes de um consenso da Escola, aliados aos que propõem o CEE e CFE, através do Núcleo Comum e os objetivos gerais da Lei.

Quando enficamos objetivos educacionais, em função dos estabelecimentos de ensino, já os entrevemos com características de objetivos comportamentais, embora ainda sejam amplos e procuram atender às solicitações, tais como o atendimento aos fins do sistema cultural, no qual a escola está inserida, adequação social, relacionamento com o elemento histórico presente, passado e futuro do povo, satisfação das necessidades humanas básicas e dos ideais democréticos.

Lauro de Oliveira Lima propõem que professores reflitam sobre vários pontos, antes de elaborarem planos ou currículos, tais como:- O que se aprende é válido no mundo moderno? Quanto se deve ensinar de cada coisa, em cada idade? Como deve ser uma escola? Além de tantas indagações tão importantes quanto estas e que merecem a reflexão de professores, orientadores, técnicos, de todos quantos são responsáveis diretos, na elaboração e vivência do currículo escolar.

Só deverá ser incorporado aquilo que resistir as dúvidas levantadas e que permanecer, constatado validade.

O currículo do estabelecimento do ensino deverá ser algo que estrutura o ambiente da escola, da sala de aula e do aluno, refletindo a própria comunidade, para o crescimento de cada aluno, em função de seu ritmo próprio.

5.1.3. OBJETIVOS A NÍVEL DE SALA DE AULA

5.2. OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS, INSTRUACIONAIS OU OPERACIONAIS

Os objetivos a nível de sala de aula são da responsabilidade do professor, pois só o professor poderá adaptá-los em função das diferenças individuais e tipo de alunos com o qual trabalha.

5.2.1. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS

Para que se conceitue objetivos comportamentais, operacionais ou instrucionais, torna-se necessário analisar o significado de termos como objetivos, critérios, avaliação.

- a) Objetivo:- é aquilo que se quer alcançar, em função da necessidade do aluno;
- b) Critérios:- é a evidência, a prova ou comprovante que se vai aceitar como garantia de que o objetivo proposto, foi total ou, parcialmente atingido.
Em função da conceituação de critério, torna-se necessário conceituar comportamento, que se refere ao elemento observável na relação aluno, professor e processo de aprendizagem.
- c) Avaliação:- emissão de um julgamento sobre resultados, produto da comparação do que se queira alcançar e do que realmente foi alcançado (comportamento de entrada e comportamento de saída).

Objetivos e comportamentais são formulados atendendo ao princípio de flexibilidade, pois não concluem com a avaliação, mas sim com a reformulação dos objetivos após a avaliação em função de novas necessidades.

Objetivos comportamentais, são aqueles que descrevem as espécies de comportamento que são buscados nos alunos, enquanto estes frequentam a instituição escolar.

Benjamin Bloom, em Taxionomia dos objetivos educacionais, formula um esquema de classificação dos objetivos e os coloca em

três domínios:-

- 1 - Domínio cognitivo - objetivos relacionados com o pensamento, o conhecimento e a resolução de problemas;
- 2 - Domínio efetivo - objetivos relacionados às atitudes, valores, interesses e apreciação;
- 3 - Domínio psico-motor - objetivos relacionados com habilidades motores e manuais, que devem ser desenvolvidas.

Domínio cognitivo:

O nível ou domínio cognitivo possui 6 (seis) categorias:

- 1 - conhecimento;
- 2 - compreensão;
- 3 - aplicação;
- 4 - análise;
- 5 - síntese;
- 6 - avaliação.

Abrange os objetivos que se apoiam sobre o fato de recordar ou reproduzir algo que supostamente tenha apreendido antes, assim como aqueles que envolvem a solução de alguma tarefa intelectual, para a qual o indivíduo deve determinar primeiro, qual é o problema essencial e, depois reordenar o material ou noções já existentes, combinando-as com idéias, métodos e procedimentos previamente conhecidos. Os objetivos cognitivos abrangem desde a simples evocação das noções adquiridas até algumas formas mais originais e criativas, de combinar e sintetizar novas idéias.

A maioria dos objetivos educacionais pertencem ao domínio cognitivo.

Domínio efetivo:

Compreendem os objetivos que destacam um tonus emocional, um sentimento, um grau de aceitação ou não aceitação. Os objetivos efetivos vão desde a simples atenção ante fenômenos selecionados, até qualidades de consciência, complexas, porém internamente coerentes.

Na literatura educacional, encontramos muitos destes objetivos, expressos em termos de interesse, atitudes, apreciações, valores e conjuntos de emoções e predisposições.

Domínio Psico Motor:

Contém os objetivos que subentendem alguma habilidade muscular ou

motora, alguma manipulação de materiais, objetivos ou qualquer ato que requeira coordenação neuro muscular. Na literatura educacional encontramos poucos destes objetivos. Quando aparecem, estão relacionados, geralmente, com a escrita ou linguagem, a educação física e os cursos técnicos ou artesanais.

5.2.2. - FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS EM TERMOS COMPORTAMENTAIS.

É fundamental na formulação de objetivos:

- clareza de comunicação
- e
- identificação da conduta final.

Clareza de comunicação:-

Objetivo bem enunciado é aquele que transmite claramente a intenção de quem formulou, excluindo o maior número possível de interpretações.

Evitar o uso de palavras ambíguas, de muitas interpretações, substituindo-as por palavras de sentido mais restrito, constitui um dos meios para a melhor formulação de objetivos.

Ao redigir um objetivo é necessário:

- a) identificar a conduta final ou especificar o tipo de habilidade que será aceita como prova de que o aluno realizou a aprendizagem;
- b) definir precisamente em que condições a conduta final deverá ocorrer;
- c) especificar o grau de quantidade e de qualidade da conduta final que será aceita ou exigida (especificação do padrão de rendimento aceitável).

Nem sempre será possível incluir estas três condições na redação de um objetivo. O que se procura realmente é a redação de objetivos que transmitam exatamente as intenções educacionais do professor.

Um objetivo deve ser reformulado tantas vezes quantas forem necessárias, até que traduzam claramente as intenções de quem o produziu.

Identificação da conduta final:-

(comportamento observável)

A observação de aspectos da conduta do aluno (habilidade

ou atividade observável), é que comprova (se houve ou não aprendizagem, isto é, se o objetivo proposto, foi ou não, total ou parcialmente atingido.

A conduta final se define através da:

- identificação e descrição da atividade observável que se aceitará como prova de que o aluno atingiu o objetivo;
- especificação das condições - o que será dado ou permitido - excluindo-se assim as atividades que não serão aceitas como comprovantes.

A precisão de um objetivo, será aumentada se for especificado a qualidade, a quantidade e o tempo máximo permitido na execução da conduta final, isto é, o padrão de rendimento aceitável.

6. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO CURRÍCULO

6.1. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Uma vez estabelecidos os objetivos no planejamento curricular, o problema passa a ser a seleção dos meios para atingi-los. A escolha dos objetivos por si so; não determina os tipos de procedimentos a serem usados. O alcance dos objetivos depende essencialmente da escolha de adequadas estratégias de ação. Estas não constituem a simples aplicação de métodos e técnicas de ensino dispersivamente, mas envolvem determinados critérios que conduzem a ação educativa em uma direção.

A adoção de um critério de direção não está relacionada com a idéia de "moldagem" do educando, pelo contrário, o critério passa a ser a adoção de princípios que justifiquem as estratégias de ação adotadas, em função da análise e compreensão dos fatores que envolvem a aprendizagem.

Tais princípios tem origem na Psicologia Educacional, como a ciência explicativa do processo de aprendizagem, e nos próprios padrões de investigação científica.

As várias teorias de aprendizagem interpretam e explicam o processo de aprendizagem, de acordo com aqueles elementos que mais consideram como predominantes. De uma forma geral poderíamos reduzi-las a dois grandes grupos:- aqueles em que os fatores externos predominam sobre os internos e aqueles em que estes dois fatores

constituem um processo dinâmico e imperativo.

A adoção dos princípios de uma ou de outra teoria, implica numa estratégia de ação correspondente. A validação desta, depende da adequação ao que se propõe e, a significação que lhe atribui a quele que a escolhe.

Mas resumir a ação educativa somente à sua relação com princípios da ciência psicológica seria pouco. É ESSENCIAL uma relação com os próprios padrões de investigação específica.

DEWEY já nos alertava: " Devemos aprender a utilizar o método científico na solução de problemas humanos com proficiência igual a que demonstramos na solução de problemas não humanos". A educação como ciência surge da necessidade de se encontrar respostas mais precisas e eficientes aos problemas da educação.

Os procedimentos e técnicas educativas ainda são, na maioria dos casos, empíricos. Em grande parte as respostas a estes problemas baseiam-se em impressões casuais e observações superficiais, quando muito em pesquisas pedagógicas realizadas por especialistas distantes, com resultados prontos mas, dificilmente incorporados como princípios praticados pelo professor. Daí decorre a ineficiência de controle dos resultados alcançados em educação.

Esta idéia não implica em que cada professor passe a ser um pesquisador no sentido de "laboratório e cobaia". Mas, no sentido de que utilizando uma metodologia científica como padrão ideal de estudo inteligente, busque as potencialidades inerentes a cada experiência, alcançando assim um desempenho cada vez mais eficiente.

6.2. ORGANIZAÇÃO E SELEÇÃO DE CONTEÚDOS:

O agir metódico pressupõe uma relação lógica e racional entre meios e fins. Nesta relação entre meios e fins a seleção de conteúdos no planejamento curricular, toma forma diferente daquela que considera o conteúdo o fim a atingir. O conteúdo passa a ser o meio pelo qual se solicita através de estímulos adequados, determinadas operações mentais e comportamentos de quem aprende.

O conteúdo é visto como algo que tem estrutura, organizada e que deve ser apresentado numa sequência lógica. O conteúdo assim trabalhado leva a uma resposta consciente do aluno, bem como

a uma utilização dos conhecimentos já adquiridos e uma abertura para novos conhecimentos.

Bruner, o introdutor da idéia de estrutura da matéria, diz que captar a estrutura da matéria é compreendê-la de modo que permita relacionar, de maneira significativa, muitas outras coisas com ela. Aprender a estrutura da matéria em suma, é aprender como as coisas se relacionam.

Ao determinar o Núcleo Comum, a Lei 5692 estabelece a matéria prima a ser trabalhada no Currículo Pleno de cada estabelecimento de ensino, transformando esta, em área de estudos, disciplinas e atividades. Esta divisão porém não é estanque, nem supõem o "compartimentaje" do currículo tradicional. Ao contrário, pressupõe um interrelacionamento baseado principalmente em objetivos e princípios comuns.

Nas definições destas formas de organização curricular, esta implícita a idéia da relação do conhecimento sistemático e da experiência. A predominância de um ou de outro elemento dependerá do grau de desenvolvimento daquele que aprende.

Daí ocorre um critério de seleção e organização de conteúdo que constitui essencialmente na análise da natureza do conhecimento e sua adequação às capacidades do educando.

Mas há outros critérios que implicam nas considerações que se faz da escola como agente social e das próprias necessidades e exigências da sociedade.

6.3. MÉTODOS ATIVOS

A aplicação de determinadas estratégias de ação e métodos de ensino, como parte integrante delas, para ser racional e consciente deve fundamentar-se em princípios psicológicos que expliquem o processo de aprendizagem e em critérios científicos que permitam ao professor organizar esse processo de uma forma eficiente.

O emprego de qualquer método pressupõe fundamentação psicológica que o justifique, pois constitui a forma de apresentação de um processo de aquisição de conhecimentos, que envolvem conteúdos e experiências.

A escola tradicional baseava-se no princípio de impressão passiva de imagens no espírito da criança, aplicando consequentemen

te, um método que se caracterizava pela memorização de conhecimentos estanques, sem nenhuma correlação e, sem proceder a necessária adaptabilidade ao nível de desenvolvimento mental do aluno, donde uma concepção extremamente simples do processo de aprendizagem.

As teorias modernas de aprendizagem caracterizam este processo como sendo essencialmente dinâmico. Aprender portanto, não significa somente a assimilação passiva de um fato ou idéia mas, a capacidade de estruturá-los em função de conhecimentos adquiridos anteriormente, bem como, adaptá-los a novos conhecimentos. O conhecimento se efetiva partindo de uma ação externa que, interiorizada pelo indivíduo, se estrutura em um novo conhecimento.

Esta idéia de ação no processo de aprendizagem, está implícita na explicação de alguns teóricos da educação. Assim, encontramos em Dewey a explicação da aprendizagem como reconstrução da experiência, ou em Piaget, quando define a operação, como a ação interiorizada.

Embora diverjam com relação a explicação da natureza do pensamento, tais autores, juntamente com outros (W.A.Lay - Claparède - Kerschensteiner), deram origem a chamada escola ativa, que hoje toma forma mais desenvolvida nas interpretações que lhes dá, Montessori, Bruner e Rogers.

O método correspondente a esta escola pedagógica, caracteriza-se não somente pela atividade concreta, mas ainda pela atividade de pesquisa que pode manifestar-se num nível de abstração maior, desde que não seja imposta da fora para dentro, mas baseie-se no comportamento espontâneo daquele que aprende.

"Os métodos ativos são os que levam em conta a natureza própria da criança e apelam para as leis da constituição psicológica do indivíduo e de seu desenvolvimento" (Piaget).

Desta forma, este método caracteriza-se principalmente na atividade objetiva do aluno. Atividade não só no sentido de ação concreta, o que vale para as crianças de graus elementares, mas também no sentido de redescoberta pessoal de verdades numa fase de desenvolvimento mais adiantado.

Para que isso ocorra, é necessário que o professor, através de uma observação sistemática oriente o processo de aprendizagem de forma a ajudar a quem aprende a inferir a estrutura ou prin

cípios fundamentais, através da exploração intensiva de fatos que, compreendidos de um modo operacional, conduzam a uma verbalização, até chegar a uma extrapolação ou ação criadora.

6.4. TÉCNICAS DE ENSINO

Assim como os métodos, as técnicas de ensino fazem parte de um processo. As técnicas estão absorvidas no processo e não se sobrepõe a sua realização. Conforme os objetivos a serem alcançados, dependerá a escolha de uma ou de outra técnica.

Fundamentalmente, o problema da aplicação de técnicas de ensino é o de possibilitar o desenvolvimento individual e concomitantemente estimular o processo de socialização.

A individualização do ensino ocorre quando há um atendimento às diferenças individuais, ao ritmo de aprendizagem próprio de cada um. É a adequação de conteúdos de aprendizagem de metodologia, aos interesses, capacidades e necessidades de cada aluno, individualmente. Técnicas de ensino individualizadas são o Ensino Programado e o Estudo Dirigido.

A posição de individualização do ensino é perfeitamente válida, uma vez que a aprendizagem é incontestavelmente um processo individual, mas não pode ser aceita como única, excluindo do processo de educação, outras diretrizes.

Além deste caráter individual, a aprendizagem é, por outro lado, um processo social e de socialização. O ensino socializado caracteriza-se pelo fato de se aproveitar a interação mental e social, inerente às situações em que duas ou mais pessoas estão em contato. Num determinado estágio de desenvolvimento a criança tende espontaneamente para o trabalho em comum por necessidade intrínsecas, de caráter intelectual e afetivo, que coincide com o início da maturação do pensamento operatório e de afirmação da personalidade.

É fundamental que o professor que vá utilizar técnicas em grupo tenha alta preparação no campo, para que possa controlar e resolver as situações que surgirem. A aplicação de determinadas técnicas de manejo de grupo depende das circunstâncias e dos objetivos que se tem em vista. Existem operações mentais que se processam melhor através de um estudo individual. Cabe ao professor, discernir o momento de aplicar atividades socializadoras e, qual o nomen

to de um estudo individual, sem esquecer que este deve sempre preceder ao trabalho de grupo, no qual irá efetivar-se. Socialização e individualização devem alternar-se, complementando-se harmoniosamente.

7. VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

7.1. A VERIFICAÇÃO NA LEI 5692

O problema pedagógico a que se refere o artigo 14 da Lei 5692/71, atrai para si o controle do processo ensino/aprendizagem, imprimindo-le, como meio, a validade e eficiência tão explicitada na nova lei. Alguns aspectos desse problema pedagógico encontram-se configurados na lei e deverão ser considerados.

Pelo estabelecido por lei, a verificação da aprendizagem (art. 14) far-se-á com a conjugação binomial da avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade. No primeiro caso, embora seja traduzida em notas ou menções, deverão ser preponderantes os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assim, o que na realidade importa é a qualidade (valor) do aprendido. Um outro aspecto não menos importante a ser enfatizado é o que se prende à preponderância dos resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso exigida. Em forma esquemática assim pode ser colocado:

- | | |
|---------------------------------------|--|
| A avaliação do aproveitamento deverá: | 1) Ser expressa em notas ou menções; |
| | 2) Considerar a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; |
| | 3) Considerar a preponderância dos resultados obtidos durante o período letivo, sobre os da prova final (quando houver). |

Quanto ao aspecto da assiduidade, a Lei 5692/71 dá como aprovado:

- O aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade.
- O aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escola de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento.
- O aluno que não se encontra na hipótese da alínea ante

rior mas, com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação e, que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

Isto posto, observa-se que a aprovação do aluno à série subsequente esta intimamente ligada ao binômio: conteúdo - frequência. O que é bastante lógico, visto que é uma forma de assegurar aquilo que precisamente justifica uma escolaridade regular: o convívio a progressiva sedimentação de aprendizagens.

Esquema geral da verificação do rendimento escolar:

- | | |
|---------------------------------|--|
| I - Avaliação do aproveitamento | 1) Notas ou menções; |
| | 2) Predominância dos resultados do período letivo sobre os da prova final; |
| | 3) Predominância do aspecto qualitativo sobre os quantitativos. |
| II - Apuração da assiduidade | 1) Mínimo de 75%; |
| | 2) Mínimo estabelecido pelo sistema; |
| | 3) Conjugação: aproveitamento/frequência. |

7.2. FINALIDADES DA AVALIAÇÃO

Somente é entendida como funcional a avaliação que se tor na processual, ou seja, acompanha o processo de ensino/aprendizagem, uma vez que sua precípua função é a de aquilatar o "quantum" se estabeleceu e, se é suficiente em face do que se deseja que o aluno aprenda em situações posteriores. Cada avanço obtido em aprendizagens específicas atua como fundamento para aprendizagens cada vez mais aprofundadas e diversificadas, assim, tarefa vã se torna dar prosseguimento a qualquer tipo de estudo se aqueles fundamentos não estiverem presentes. Naturalmente nenhum aluno está preparado para ler certos materiais até que a sua experiência prévia lhe tenha oferecido um background apropriado para interpretar os materiais que leu. Ora, a cibernética (1) presenteou a ciência da educação explicando o processo de feedback (2) como corretor dos desvios indesejados

(1) -

(2) -

veis. Um aprendiz mais eficiente se tornará à medida que for sendo informado de seus progressos e de seus erros. Neste sentido se afigura uma das finalidades da avaliação. Para se tornar mais claro este sentido podemos imaginar uma criança que inicia seus estudos de adição. Uma das primeiras variáveis a ser observada liga-se à gama de experiências anteriores no que diz respeito à unidade que o professor deseja ver aprendida. É bem provável que ao início de seus estudos de adição o aprendiz consiga encontrar resposta satisfatória para uma simples proposição do tipo $5 + 1 = \square$ - caso não tenha tido experiências concretas nesta área. Todavia, se ao se inserir na situação de experiência (aprendizagem) o aprendiz for recebendo os necessários feedbacks, é bem provável que em futuro imediato esteja operando satisfatoriamente com os números em adição.

A experiência que acima nos referimos é bem mais complexa de que o "por em contato com". A experiência se torna significativa quando se estabelece uma certa "intimidade", quando o que se experiencia assume conotações significativas para o indivíduo.

Referindo-se ao que se pode fazer para melhoramento das aulas, Earl R. Douglas, em seu livro "Administração Moderna de Escolas Secundárias", entre outros itens, afirma que o "Diretor deve encorajar comissões de professores a traçar projetos experimentais sobre métodos de ensino". É muito comum aprendizagens não se realizarem por uma simples questão metodológica, e aqui surge a segunda finalidade da avaliação: constatar a validade da metodologia utilizada ou a sua eficácia.

Recentes pesquisas sobre o desenvolvimento intelectual da criança coloca em realce o fato de que, em cada estágio de desenvolvimento, ela possui um modo característico de visualizar o mundo e explicá-lo a si mesmo. Assim a tarefa de ensinar determinada matéria, em qualquer idade, é a de representar a estrutura da referida matéria em termos da visualização que a criança tem das coisas. Observe-se que os enunciados anteriores podem simplesmente ser entendidos como um trabalho de "tradução", tão melhor será a tradução quanto melhor o aluno aprender, ou com mais facilidade alcançar os objetivos propostos.

R. Douglas é bastante feliz em sua assertiva uma vez que os "projetos experimentais sobre métodos de ensino" irão proporcionar um continuado melhoramento das "traduções" e por conseguinte um me

lhor índice de aprendizagens.

Currículo, na contemporaneidade, deixou de significar o grupo de disciplina que constitui um curso, para denotar a inteira participação das escolas no processo da experiência discente, tendo como fundamento não só as características dos usuários como as necessidades regionais onde a escola se insere. Naturalmente não se propõe uma perspectiva calcadária para os currículos escolares; refletir, tão somente, o "status quo" regional não é exatamente a função escolar. É neste sentido que Harold Hugg, da Universidade da Columbia, E.U.A., propõe a correção do descompasso da escola no progresso ambiente, pela inclusão nos currículos, de atividades criadoras e orientadoras. Todavia, como bem salienta W.E.Kilpatrick, "nossa época está mudando", a tal mudança implica em contínua revisão da instituição encarregada de preparar as novas gerações e, tais revisões implica em constantes avaliações.

A avaliação curricular deve ser uma constante. E para tanto não só os administradores devem ser responsáveis, mas, idealmente, toda comunidade a que serve, ser envolvida neste processo.

7.3. RECUPERAÇÃO

Se apesar de todos os esforços do professor o aluno não conseguir demonstrar um rendimento satisfatório, entretanto tiver o mínimo de frequência estabelecida pelo Sistema de Ensino (art. 14, ítem C, § 3º) deverá ter oportunidade de frequentar cursos especiais de recuperação, que obrigatoriamente os estabelecimentos deverão oferecer entre os períodos regulares (art. 11, § 1º e art. 14, § 2º). Todavia a recuperação não deverá jamais expressar-se em termos de frequência mas, fundamentalmente, em termos de rendimento, visto que frequência é meio e não fim.

Há que se ter consciente, entretanto, que o processo de recuperação deve envolver, não somente os aspectos de conteúdo mas, as disposições dos alunos, sempre considerado como um todo. Fatores como tensões emocionais, distúrbios glandulares, deficiências diversas (auditiva, visuais, ...), subnutrição, background insuficiente para estudos avançados, etc..., interferem significativamente no processo ensino-aprendizagem. Assim, a recuperação deve assumir diversas formas, de acordo com as variáveis interferentes no processo, envolvendo não só o trabalho a nível da sala, mas também o Serviço de

Assistência Social Escolar, Serviço de Orientação Educativa, Serviço Médico e outros.

7.4. MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO

Há diversos métodos e técnicas pelos quais o professor pode avaliar a aprendizagem de seus alunos. Alguns simples, outros mais sofisticados, mas todos devem ter um único objetivo: diagnosticar os pontos fortes e fracos que na aprendizagem em si, quer na metodologia utilizada ou no currículo de uma forma geral. Todavia, o professor só poderá avaliar eficientemente se tiver noção exata daquilo que pretende, ou seja se seus objetivos foram traçados de maneira clara e precisa sobre os comportamentos que esperá-lhes sejam exibidos pelos alunos; Todo conteúdo transmitido ou estratégia de ação empregada pelo professor ou ainda exercício ou teste de avaliação que não tenham em vista os objetivos propostos implicam em perda de tempo e desgaste de energia dos alunos e do professor.

As provas Subjetivas:

É, possivelmente, a que tem, por sua natureza, a maior variedade de usos. A sua aplicação se adapta a quase todas as matérias, questões do tipo: "qual a contribuição de Tiradentes para a independência do Brasil?" caracteriza a forma que assumem as questões das provas subjetivas.

Existem aproximadamente onze tipos de sugestões subjetivas que são frequentemente utilizadas nesse tipo de prova. Arrumadas das mais simples para as mais complexas, são as seguintes:

a) o que, quem, quando, qual e onde; b) enumere; c) esboce; d) descreva; e) apresente as diferenças; f) compare; g) explique; h) discuta; i) desenvolva; j) sintetize; l) avalie.

Vantagens das provas subjetivas:

- podem avaliar a organização;
- são de fácil aplicação;
- fáceis de serem organizadas;
- não exigem grande número de questões;
- avaliam a capacidade de interpretar, avaliar e criticar do aluno.

Desvantagens:

- a resposta é valorizada pela habilidade de redação

do que pelo conteúdo;

- sofrem a interferência de fatores estranhos tais como : ortografia, caligrafia, gramática...
- sofrem interferência de fatores emocionais do professor;
- correção difícil (necessidade de longo tempo disponível).

Por representar um grande dispêndio de energia e tempo, tanto do professor como do aluno, elas só deverão ser utilizadas se se demonstrar os valores que garantem (tal atitude).

Para aperfeiçoar a avaliação através de provas subjetivas' voce deve:

- selecionar tópicos abrangentes e significativos em relação aos objetivos;
- fornecer instruções claras e precisas, no início da prova;
- adequar a extensão da prova ao tempo disponível;
- estabelecer padrões de avaliação, reduzindo o caráter subjetivo da correção.

nestes objetivos:

Os testes objetivos a cada dia tem sido mais e mais utilizados como meio de avaliação. A preferência por tal instrumento tem base nas vantagens que oferece quanto:

- a possibilidade de selecionar questões mais adequadas do que nas provas subjetivas;
- à formulação de questões, que são relativamente curtas;
- ao tempo destinado às respostas, que é mínimo em relação ao tempo gasto para as provas subjetivas;
- ao tempo de correção (bastante reduzido);
- à opinião do examinador, que não interfere no resultado' do teste;
- à correção que pode ser feita por qualquer pessoa ou mesmo por computador;
- à fidedignidade, visto que as questões são curtas e em grande número.

Entretanto, os testes objetivos contam com algumas desvantagens que devem ser consideradas:

- a tarefa de elaborar um grande número de itens é consati

- va e penosa;
- impossibilitam a manifestação da criatividade do aluno;
- dificilmente conseguem ressaltar funções como: crítica, organização do pensamento, avaliação e interpretação por parte do aluno;
- exigem do professor um conhecimento profundo, para a sua consecução;
- possibilita acertos por probalidades;
- dá fácil fraudulência (cola)

Existem diversos tipos de testes objetivos, entre eles os mais conhecidos e portanto, mais utilizados pelos professores em sua tarefa de avaliação, podem ser enumerados como:

A) Teste de complemento ou lacunas : consiste na sucessão de um e no máximo dois termos essenciais em um enunciado de um princípio, lei ou idéia. Para efeito de funcionalidade algumas regras devem ser observadas na montagem deste tipo de teste :

- a) as lacunas devem incidir sobre dados essenciais do enunciado (geralmente substantivos, advérbios ou complementos específicos);
- b) as lacunas devem situar-se no meio, ou no fim da sentença, jamais na sua parte inicial;
- c) não se deve tonar para lacunas um substantivo precedido, ou seguido de adjetivo (pelos seu gênero e número poderão sugerir ao aluno a resposta certa).

B) Teste de alternativas (certo ou errado) :

Consiste em uma série de afirmações das quais umas são certas, outras errôneas. Sua validade está presa às seguintes regras :

- a) restringir cada afirmação a uma idéia apenas;
- b) evitar frases compostas com subordinadas, relativas ou adversativas;
- c) evitar o emprego de duas negativas na mesma sentença;
- d) variar o número de certas e erradas entre 40% respectivamente;
- e) evitar transcrições diretamente do livro texto.

OBS :- Sobre esse tipo de teste existem controvérsias - Veja lei do efeito.

C) Teste de múltipla escolha :

Consiste de uma afirmação principal e de várias alternativas das quais se seleciona um resposta adequada. Este tipo de teste será o mais perfeito tanto quanto as regras abaixo forem seguidas:

- a) a maior parte do ítem deve estar contida na afirmação principal, que deve formular claramente o problema;
- b) faça todas as alternativas gramaticalmente concordarem com a afirmativa principal;
- c) apenas uma resposta correta deve estar contida nas alternativas;
- d) nas alternativas não podem estar contidas expressões como: "todas elas" , "nenhuma delas";
- e) as alternativas não devem ser menos de quatro, em mais - que seis, o ideal são cinco;
- f) distribua ao acaso as alternativas corretas;
- g) todas as alternativas de um ítem devem ter aproximadamente o mesmo tamanho;
- h) o número de alternativas deve ser igual em todos os enunciados.

D) Teste de acasalamento:

Consiste tipicamente em duas colunas: A tarefa resume-se em relacionar cada ítem da primeira coluna com os itens da segunda coluna, de acordo com algumas instruções prévias. Este tipo de teste é bastante adequado para medir vocabulário, fatos e datas, pessoal e lugares, ou instrumentos e seus usos, Pedimos especial atenção para este tipo de teste visto que a elaboração de bons itens são relativamente difíceis e, a construção de maus itens acabam por prejudicar a memorização mecânica. Em resumo, estas são as normas para a montagem de testes de acasalamento :

- a) o número de questões optativas devem ser em número superior aos dos itens referenciais;
- b) apenas uma questão para cada ítem deve ser correta;
- c) os testes não devem ser muito longos, dez a quinze pares são provavelmente suficientes e de extensão razoável;
- d) incluir apenas material homogêneo em cada parte do teste.

7.5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os diversos tipos de testes e provas até agora descritos não devem ter preferência especial do mestre, visto que sofrem interferência, muitas vezes indesejáveis, para uma boa avaliação. Por outro lado tem o inconveniente de deixar o professor durante a semana, o mês ou o semestre sem saber o que está passando com seus alunos em matéria de aprendizagem.

Para evitar este "gap" e ser mais eficiente em ensino, o professor deve avaliar todos os trabalhos dos alunos e a todo instante, não só que se refere ao conteúdo, mas também e isto é fundamental - os regressos dos alunos em relação às atitudes que assumem com seus colegas; a sua atitude, crítica ou não, perante matérias de conhecimento; e, o seu comportamento como um todo, afinal. De uma maneira específica diríamos que o professor deve preocupar-se em avaliar:

1) O desenvolvimento dos interesses.

Quando a aprendizagem é baseada no interesseo aluno torna-se mais rápido, mais duradoura e pode, mais facilmente, ser transferida e, como os professores de maior valor, segue-se que devem dar atenção aos processos destinados a avaliar a tendência das crianças. O processo para a avaliação do desenvolvimento do interesse incluem :

- a) análise dos livros retirados da biblioteca (pelo aluno);
- b) questionários ou inventários, nos quais a criança relaciona os livros que leu, as atividades a que se entregou e, suas preferências entre os mesmos;
- c) observação, através de ficha, feita pelo professor, das atividades com que as crianças se ocupam, os jogos de que gostam e seus assuntos prediletos.

2) Desenvolvimento de habilidades no trabalho e no estudo.

O desenvolvimento de capacidades efetivas para aprendizagem ven sendo considerada como das mais importantes funções da escola de 1º grau. Na realidade o que irá determinar o êxito futuro, seja como estudante ou cidadão, serão exatamente as aludidas habilida-

des e jamais o simples informe escolar.

Para avaliar você pode:

- a) observar os alunos em trabalhos de comissão, na solução de problemas e nas discussões em grupos;
- b) observar exemplares de trabalho escrito dos alunos;
- c) verificar as habilidades no uso da biblioteca;
- d) verificar a habilidade de utilização de livros, revistas, jornais, como fonte de informações.

3) Desenvolvimento de criatividade.

A auto - expressão vem tomando um lugar tão relevante na sociedade contemporânea que Mac Luhan não exitou em afirmar: "no futuro o homem será recompensado por sua originalidade e diversidade". Aliás, professores e diretores de escolas elementares (1º grau estão percebendo cada vez mais a responsabilidade de fomentar a criatividade nos alunos. Estão compreendendo que o ajuste à nossa complexa sociedade e a contribuição ao progresso social requer indivíduos que sejam criadores na forma de tratar com pessoas, situações, problemas e materiais.

Para avaliar a criatividade, você poderá:

- observar trabalhos de - linguagem
 - arte
 - ciência
 - o comportamento do aluno diante de situações novas.

4) Desenvolvimento do pensamento crítico.

O homem crítico não nasce pronto, a escola deve ajudá-lo a desenvolver tal pensamento. Quase todo professor compreende que uma de suas responsabilidades é ajudar as crianças a aprenderem por si para resolverem problemas reais. O pensamento crítico compreende:

- a) habilidade de coligir e interpretar dados;
- b) evitar conclusões que ultrapassem os dados coligidos;
- c) aplicar princípios e generalidades a novas situações;
- d) avaliar idéias e conclusões de outros.

A Auto Avaliação :- É sem dúvida uma das mais valiosas técnicas de julgamento, Auxilia a criança a analisar suas próprias rea-

lizações e deficiências e a saber o que pode fazer para melhorar .
Todo aluno deve ser levado a refletir sobre a sua própria aprendi-
zagem. Tal forma de avaliação é importantíssima para a preparação
do homem consciente.

8. BIBLIOGRAFIA

- 1 - BLOOM, B. - Taxionomia de los Objetivos de La Educacion.
Editora El Ateneo - 1972;
- 2 - BOSTWICK, O.P. - Objetivos Educacionais.
Editora Arte e Indústria - 1968;
- 3 - BULL, LINDA DE CHIVILLI - A Escola Secundária Moderna.- Treina-
mento em Dinâmica de Grupo - Mutações
em Educação de Luhan;
- 4 - CARVALHO, MARIA MELLO - O Processo Didático - Fundação Getúlio
Vargas - 1974;
- 5 - BRUNER, JACQUES - O Professor da Educação - Cia. Editora Nacional
1971;
- 6 - ROGERS, CARL - Liberdade para Aprender.-
Editora do Professor - 1971;
- 7 - GAGNÉ, ROBERT - Como se Realiza a Aprendizagem.
Editora do Livro Técnico - 1971;
- 8 - PERRELLER, JOHN - Uma Visão Nova da Educação
Editora da Universidade de São Paulo - 1971;
- 9 - PERRELLER, ALBERT - Os fins da Educação - Editora USP;
- 10- JARPOS, DILLON H.S. - Psicologia da Aprendizagem.
Editora Vozes - 1971;
- 11- HILGARD, E.R. - Teorias da Aprendizagem.
Editora Universidade de São Paulo - 1959;
- 12- HEDGECOCK, KIMMY CLAY - Psicologia na Sala de Aula.
Editora do Livro Técnico - 1971;
- 13- ALBANI, HANS - Didática Psicológica.
Cia. Editora Nacional - 1971;
- 14- BRUNER, JACQUES - Uma Nova Teoria da Aprendizagem.
Editora Bloch - 1959;
- 15- SPENCER, DANIEL C. - Problemas Gerais de Currículo.
Editora Globo - 1966;
- 16- RICHIE, WILLIAM - Currículo Primário Moderno.
Editora Globo - 1965;

- 17 - FLEMING, ROBERT - O Currículo Moderno.
Editora Lidador - 1.970;
- 18 - FILHO, LOURENÇO - Introdução ao Estudo da Escola Nova.
Editora Nacional;
- 19 - BEARD, RUTH M. - Como a Criança Pensa.
Editora IBRASA - 1.970;
- 20 - NISKIER, ARNALDO - A Nova Escola.
Editora Bruguera - 1.971;
- 21 - Vários Autores - A Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.
Editora LISA - 1.971;
- 22 - PIAGET, JEAN - Seis Estudos de Psicologia - Editora Forense-
- O Nascimento da Inteligência - Ed. Zahar;
Psicologia e Pedagogia - Editora Forense-1970;
- 23 - LEI 5.692/71;
- 24 - PARECER 853/71 - C.F.E.;
- 25 - PARECER 45/72 - C.F.E.;
- 26 - PARECER 106/71 - C.E.E.;